05-02-2014

ATA Nº. 02/2014**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ÍLHAVO
REALIZADA NO DIA CINCO DO MÊS DE FEVEREIRO DO ANO DE DOIS MIL E
CATORZE.** -----

Aos cinco dias do mês de fevereiro do ano dois mil e catorze, reuniu ordinariamente a Câmara Municipal de Ílhavo, no Salão Nobre do Edifício Municipal, sob a presidência do Presidente da Câmara, Fernando Fidalgo Caçoilo, e com a presença do Vice-Presidente da Câmara, Marcos Labrincha Ré, e dos demais Vereadores eleitos, José Marinho Vaz, Beatriz de Fátima Clemente Martins, António Pedro Oliveira Martins, Paulo Sérgio Teixeira da Costa, e Ana Margarida Santos Bastos. -----

Secretariou a reunião o Chefe da Divisão de Administração Geral, Rui Manuel Pais Farinha. -
A reunião teve início às 15.00 horas. -----

Uma vez declarada aberta a reunião pelo Sr. Presidente da Câmara, foram tratados os seguintes assuntos: -----

NO PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA. -----

Neste período, usou da palavra: -----

- **O Sr. Vereador, Pedro Martins**, que solicitou ao Sr. Presidente da Câmara informações mais específicas sobre os acontecimentos que ocorreram no último fim de semana na praia da Barra, por força da intempérie que assolou o País e a nossa Região, nomeadamente sobre se a CMI tinha procedido à limpeza dos locais onde o temporal, com maior acuidade, se tinha feito sentir. -----

Na resposta, o **Sr. Presidente da Câmara**, fez saber, que de facto, a noite de sábado para domingo tinha sido muito complicada sob esse ponto de vista, mas que, felizmente, a gravidade da situação não era minimamente comparável com a verificada noutras zonas, designadamente na zona do Furadouro. -----

Houve o cuidado de, logo na manhã de segunda-feira, a CMI e a Empresa “Suma”, em estreita colaboração, procederem à limpeza das ruas e locais que tinham sido afetados pelo temporal. -
O que importa agora, reforçou o Sr. Presidente da Câmara, é que os procedimentos relativos à resolução deste tipo de problemas sejam tão céleres quanto possível, dando conta das últimas informações recebidas, em que o ajuste da obra relativo ao enchimento na praia está para

05-02-2014

despacho da tutela (Ministério do Ambiente), esperando-se assim que na próxima primavera esta primeira fase de atuação por parte da Administração Central, esteja concluída. -----

Espera-se também, que os procedimentos concursais relativos às obras de fundo, e que visam pôr fim às correntes erosivas da nossa costa, se iniciem com a brevidade possível. -----

No seguimento das informações prestadas pelo Sr. da Câmara, usou da palavra o **Sr. Vice-Presidente, Marcos Ré**, que mostrou preocupação sobre o que possa vir a acontecer relativamente à próxima época balnear, na medida que as dificuldades de instalação das empresas que servem de apoio à segurança e vigilância das nossas praias vão ser inúmeras, muito em especial se, por volta do mês de maio, os problemas relativos a este assunto não estiverem a decorrer em bom ritmo. -----

No entanto, importa realçar, que a CMI, na época balnear que se avizinha (tal como tem acontecido nos anos anteriores), está disponível para protocolar com as várias empresas e entidades cuja atividade se insere no âmbito destas problemáticas, de modo a evitar ou pelo menos a minorar os vários constrangimentos que possam ser perceptíveis nessa altura, evitando que as nossas praias possam sofrer de problemas de segurança e vigilância, algo que seria manifestamente nefasto para o turismo do nosso concelho. -----

NO PERÍODO DA ORDEM DO DIA. -----

RESUMO DIÁRIO DA TESOURARIA. -----

Presente o Resumo Diário da Tesouraria n.º 25, do dia quatro de fevereiro do ano de dois mil e catorze, pelo qual foi tomado conhecimento que no cofre existiam as importâncias de € 2.306.633,77 (dois milhões, trezentos e seis mil, seiscentos e trinta e três euros e setenta e sete centimos), respeitante a Dotações Orçamentais e €738.524,55 (setecentos e trinta e oito mil, quinhentos e vinte e quatro euros e cinquenta e cinco centimos), respeitante a Dotações não Orçamentais. -----

ATA DA REUNIÃO ANTERIOR. -----

Presente a Ata número 01, da reunião ordinária realizada no dia quinze de janeiro, do ano de dois mil e catorze. -----

Uma vez que o texto da mesma tinha sido distribuído previamente por todos os Membros da Câmara, de acordo com o previsto no artigo 4º do Decreto - Lei n.º 45.362, de 21 de novembro de 1963, foi a sua leitura dispensada. -----

05-02-2014

Submetida a votação, foi deliberado por unanimidade aprovar a presente Ata. -----

EXPEDIENTE DIVERSO. -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade tomar conhecimento do seguinte expediente: ----

- Presente o Edital relativo às GOP e Orçamento para o ano de 2014, da Associação de Municípios do Carvoeiro – Vouga, dando conta que a receita e a despesa importam no valor de: 31.088.239,00 € -----

- Presente o ofício CA/04, datado de 07JAN14, proveniente da Docapesca – Portos e Lotas, SA, remetendo cópia dos Instrumentos Previsionais de Gestão para 2014, bem como o ponto de situação do Relatório de Execução Orçamental relativo a 30 de novembro de 2013. -----

- Presente um E-mail datado de 03FEV14, proveniente da Sociedade Polis Litoral – Ria de Aveiro, SA, onde se dá conta que esta entidade lançou um concurso de Núcleos Piscatórios Lagunares, onde está incluído o Cais da Malhada, em Ílhavo, pelo valor 442.000,00€ -----

ÓRGÃOS AUTÁRQUICOS. -----

ADITAMENTO AO PROTOCOLO CELEBRADO ENTRE O MUNICIPIO DE ÍLHAVO E A ADMINISTRAÇÃO DO PORTO DE AVEIRO, RELATIVO À CONCLUSÃO DO PLANO DE PORMENOR NORTE / POENTE DA GAFANHA DA NAZARÉ - RATIFICAÇÃO. -----

Presente a Adenda ao Protocolo supra, aqui dada por integralmente transcrita: -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade ratificar a presente Adenda ao Protocolo. -----

CONTRATO N.º 2014/425/0004 - CELEBRADO ENTRE O MUNICIPIO DE ÍLHAVO E O INSTITUTO DO EMPREGO E DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL, IP, RELATIVO À CEDÊNCIA DAS ANTIGAS INSTALAÇÕES DA ESCOLA PRIMÁRIA Nª Sª DO PRANTO, EM ILHAVO. -----

Presente o Contrato supra, aqui dada por integralmente transcrito: -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade aprovar o presente Contrato. -----

GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA. -----

PESSOAL. -----

PARECER PRÉVIO – RENOVAÇÃO DE CONTRATOS (VÁRIOS) DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS (AVENÇAS) – PROPOSTA. -----

Presente a seguinte proposta, elaborada pelo Sr. Presidente da Câmara: -----

05-02-2014

- “Considerando: -----

1- A informação da DAG/SORH, em anexo, sobre o enquadramento legal das renovações dos contratos de prestação de serviço (avenças); -----

2- As informações em anexo, dos respetivos dirigentes/responsáveis, sobre a necessidade de renovação dos contratos dos colaboradores Catarina Mano, João Bastião, José Titosse, Nuno Costa, Nuno Patação, Susana Aires e Vanessa Magalhães. -----

3- Que estão cumpridos os restantes requisitos exigidos para a renovação dos referidos contratos, nomeadamente: -----

3.1- Os contratados têm a sua situação regularizada perante a segurança social e as finanças; -

3.2- Não existe pessoal em situação de mobilidade especial apto para o desempenho das funções subjacentes às contratações em causa; -----

3.3- Encontra-se assegurado o devido cabimento orçamental; -----

3.4- Não se aplica a redução remuneratória. -----

Proponho: -----

Nos termos da alínea a) do n.º 2 do art. 35º da Lei 75/2013, de 12/09, conjugado com a Lei n.º 83-C/2013, de 31/12, que aprovou o Orçamento de Estado para 2014, designadamente no seu n.º 4 e 11 do artigo 73º, bem como no Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29/01, na sua alínea a) do n.º 1 do art. 20º e ainda no art. 35º da Lei 12-A/2008, de 27/02, que: -----

a) A Câmara Municipal emita o necessário parecer prévio; -----

b) Consequentemente proceda à renovação dos contratos referidos na listagem em anexo. -----

c) Aprove a alteração dos honorários do colaborador João Bastião, nos termos da informação em anexo. -----

O Presidente da Câmara, -----

Ass.) Fernando Fidalgo Caçoilo, -----

31JAN14”. -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade aprovar a presente proposta. -----

PARECER PRÉVIO - RENOVAÇÃO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS (AVENÇA) – JACINTA MARIA C. C. B. NEVES - PROPOSTA. -----

Presente a seguinte proposta, elaborada pelo Sr. Presidente da Câmara: -----

- “Considerando: -----

05-02-2014

- 1- A informação da Chefe da DCTJ, em anexo; -----
- 2- A informação da DAG/Subunidade Orgânica de Recursos Humanos, também em anexo; --
- 3- Que estão cumpridos os restantes requisitos exigidos para a contratação em causa, nomeadamente: -----

3.1- A prestadora de serviços indicada tem a sua situação regularizada perante a segurança social e as finanças; -----

3.2- Não existe pessoal em situação de mobilidade especial apto para o desempenho das funções subjacentes às contratações em causa; -----

3.3- Encontra-se assegurado o devido cabimento orçamental; -----

3.4- Não se aplica a redução remuneratória. -----

Proponho: -----

Nos termos da alínea a) do n.º 2 do art. 35º da Lei 75/2013, de 12/09, conjugado com a Lei n.º 83-C/2013, de 31/12, que aprovou o Orçamento de Estado para 2014, designadamente no seu n.º 4 e 11 do artigo 73º, bem como no Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29/01, na sua alínea a) do n.º 1 do art. 20º e ainda no art. 35º da Lei 12-A/2008, de 27/02, que: -----

A Câmara Municipal emita o necessário parecer prévio; -----

Consequentemente proceda à contratação da Técnica Jacinta Maria Coelho Claro Bragança Neves, em regime de prestação de serviços (avença) pelo período de um ano, renovável, pelo valor mensal de 850,00€ acrescidos de IVA se devido, com efeitos imediatos. -----

O Presidente da Câmara, -----

Ass.) Fernando Fidalgo Caçoilo, -----

03FEV14”. -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade aprovar a presente proposta. -----

PARECER PRÉVIO - RENOVAÇÃO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS (AVENÇA) – JULIANO RIBAU – DESPACHO - RATIFICAÇÃO. -----

Presente a seguinte proposta, elaborada pelo Sr. Vice-Presidente da Câmara: -----

- “Considerando: -----

- 1- A informação da DAG/SORH, em anexo, sobre o enquadramento legal das renovações dos contratos de prestação de serviço (avenças); -----

05-02-2014

2- A informação do Gestor de Desporto, Prof. José Batista, também em anexo, sobre a necessidade de renovação do contrato do Terapeuta Juliano Ribau. -----

3- Que estão cumpridos os restantes requisitos exigidos para a renovação dos referidos contratos, nomeadamente: -----

3.1- O contratado tem a sua situação regularizada perante a segurança social e as finanças; ----

3.2- Não existe pessoal em situação de mobilidade especial apto para o desempenho das funções subjacentes às contratações em causa; -----

3.3- Encontra-se assegurado o devido cabimento orçamental; -----

3.4- Não se aplica a redução remuneratória. -----

4- Que o atual contrato se renova no final no mês, antes pois da próxima reunião de Câmara; -
Nos termos da alínea a) do n.º 2 e ainda do n.º 3 do art. 35º da Lei 75/2013, de 12/09, conjugado com a Lei n.º 83-C/2013, de 31/12, que aprovou o Orçamento de Estado para 2014, designadamente no seu n.º 4 e 11 do artigo 73º, bem como no Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29/01, na sua alínea a) do n.º 1 do art. 20º e ainda no art. 35º da Lei 12-A/2008, de 27/02: -----

Emito parecer prévio favorável à presente renovação; -----

Aprovo a renovação do referido contrato, pelo mesmo período. -----

À Câmara Municipal para ratificação. -----

O Vice-Presidente da Câmara, -----

Ass.) Marcos Labrincha Ré, -----

31JAN14”. -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade ratificar o presente despacho. -----

Na discussão e votação da presente renovação de contrato de prestação de serviços, não participou o Sr. Presidente da Câmara, por se considerar impedido (membro familiar), tendo-se ausentado momentaneamente do Salão Nobre onde decorria a reunião. -----

Para o efeito presidiu à reunião o Sr. Vice-Presidente da Câmara. -----

APROVISIONAMENTOS. -----

AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS. -----

COMPARTICIPAÇÃO PUBLICITÁRIA – RATIFICAÇÃO. -----

Presente as seguintes duas Ordens de Pagamento, autorizadas pelo Sr. Presidente da Câmara: -

05-02-2014

- Com o n.º 4031, datada de 30OUT13, no valor de 1.266,04 € referente a “5 colunas de cultura / clip de espetáculos relativas ao 4º trimestre de 2013 do CCI e CCGN ”, por publicidade inserta em “Diaveiro – Empresa Diário de Aveiro, Lda.”. -----

- Com o n.º 354, datada de 29JAN14, no valor de 252,15 € referente a “inserção de página de publicidade para o 1º aniversário do aquário dos bacalhaus do MMI”, inserta em “Diaveiro – Empresa Diário de Aveiro, Lda.”. -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade ratificar as decisões do Presidente. -----

**APROVAÇÃO DA MINUTA DE CONTRATO DE EMPREITADA
“REQUALIFICAÇÃO E AMPLIAÇÃO DO MUSEU DA VISTA ALEGRE” -
INFORMAÇÃO - RATIFICAÇÃO.** -----

Presente a informação supra, elaborada pela Oficial Pública, Ana Patrícia Araújo, datada de 24JAN14, aqui dada por integralmente transcrita, na qual e em síntese, se sugere a aprovação da Minuta do Contrato da empreitada referenciada em título, a celebrar com a firma “Costeira – Engenharia e Construção, SA.”, pelo valor de 2.489.443,95 €(dois milhões, quatrocentos e oitenta e nove mil, quatrocentos e quarenta e três euros e noventa e cinco cêntimos). -----

A adjudicação relativa ao presente contrato, foi realizada por deliberação da CMI na sua reunião de 16SET13. -----

Sobre a presente informação, recaiu o seguinte despacho do Sr. Presidente da Câmara: -----

“Deferido. Enviar à Câmara para ratificação, -----
27JAN14”. -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade ratificar a presente minuta de Contrato. -----

**APROVAÇÃO DE MINUTA – ADENDA AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE
SERVIÇOS N.º 21/12 – “SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA E SEGURANÇA NOS
EDIFÍCIOS MUNICIPAIS – LOTE 1 – PAÇOS DO MUNICÍPIO” – INFORMAÇÃO. -**

Presente a informação supra, elaborada pela Oficial Pública, Ana Patrícia Araújo, datada de 29JAN14, aqui dada por integralmente transcrita, na qual e em síntese, se sugere a aprovação de Adenda à Minuta do Contrato referenciado em título, celebrado com a firma “COPS – Companhia Operacional de Segurança, Lda.”, cuja aprovação ocorreu na reunião da CMI de 21MAR13. -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade aprovar a presente minuta à Adenda. -----

05-02-2014

PATRIMÓNIO MUNICIPAL. -----**ABATE DE PATRIMÓNIO.** -----**CADASTRO DE MOBILIÁRIO, EQUIPAMENTO DE ESCRITÓRIO E OUTRO -
INFORMAÇÃO.** -----

Presentes as seguintes três (3) informações, elaboradas pelo Chefe da DGESU, Pedro Nunes, aqui dadas por integralmente transcritas: -----

1 - A informação n.º A-02/17012014 – inventário n.º 4789, que sugere o abate do seguinte bem “Caldeira da Escola da Barra”; -----

2 - A informação n.º A-01/17012014 – inventário n.º 11093, que sugere o abate do seguinte bem “Caldeira do Jardim de Infância da Gafanha do Carmo”; -----

3 - A informação n.º A-01/31012014 – inventário n.º 17217, que sugere o abate do seguinte bem “Circulador água tanque grande piscina de Ílhavo”. -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade aprovar as presentes informações. -----

**PEDIDO DE AQUISIÇÃO DE PARCELA DE TERRENO (CAMINHO DA FONTE,
EM ÍLHAVO) PELO MUNICÍPIO “JOSÉ MANUEL FIDALGO MARQUES” –
PROPOSTA.** -----

Presente a seguinte proposta, elaborada pelo Sr. Presidente da Câmara: -----

- “Considerando que: -----

- A servidão denominada “Caminho da Fonte”, que é perpendicular ao Beco do Cruzeiro, na freguesia de S. Salvador, Concelho de Ílhavo, e que se encontra integrada em espaço público, deixou de exercer as funções de acesso a terrenos particulares aquando da execução da A17, pelo que não se justifica, atualmente, a sua existência enquanto caminho público; -----

- Consultados os estudos urbanísticos executados para aquele local, verifica-se que não se encontra prevista a manutenção daquele caminho /servidão; -----

- Na verdade, não parece existir qualquer motivo que justifique a manutenção do referido caminho (espaço público), uma vez que não dá acesso a parcelas particulares e acarreta despesas de limpeza e manutenção, tornando-se um espaço difícil gestão; -----

- O proprietário dos prédios confinantes (artigos 2179 Urbano e 8898 Rústico), o Sr. **José Manuel Fidalgo Malaquias**, demonstrou interesse em adquirir aquela parcela de terreno integrada no domínio público municipal, para anexar aos seus prédios nas condições que

05-02-2014

constam da proposta apresentada a coberto do registo n.º 14521/13 de 11/10/2013 (P.O. 211/12); -----

- De acordo com o levantamento topográfico realizado pelos serviços municipais, a parcela em questão tem a área total de 206m², estando 64m² integrados em espaço urbano de nível I e a restante área, 142m², integrada em espaço urbanizável de nível I (sem capacidade construtiva), de acordo com o Plano Diretor Municipal (PDM) de Ílhavo; -----

- O valor de aquisição da parcela que é apresentado pelo Proponente (em contraproposta ao valor inicialmente estabelecido pela CMI), e que foi deferido por meu despacho de 28/10/2013, é o seguinte: -----

▪ Área integrada em espaço urbano: 64m² x 30,00€ = 1.920,00€ -----

▪ Área restante, sem capacidade de construção: 142m² x 5,00€ = 710,00€ -----

▪ Custo Global: 1.920,00€ + 710,00€ = 2.630,00€ (206m²) -----

- A parcela de terreno que constitui a servidão denominada “Caminho da Fonte”, integra o domínio público municipal, sendo necessário promover a sua desafetação e integração no domínio privado municipal, para que possa ser alienada ao Proponente; -----

- O espaço em causa, tal como ficou demonstrado, não se encontra a ser utilizado para qualquer fim público, tendo desaparecido a utilidade pública inicialmente prevista para a área em causa; -----

- Por assim ser, nada obsta a que possa ser determinada a desafetação daquela parcela do domínio público, para conseqüente integração no domínio privado do município. -----

Nestes termos propõe-se que: -----

I – A Câmara Municipal no uso da competência que lhe é conferida pela alínea ccc), n.º 1, do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, delibere no sentido de considerar que, a parcela de terreno que constitui a servidão denominada “Caminho da Fonte”, e que consta da planta anexa, não visa qualquer fim de utilidade pública, encontrando-se em condições de ser desafetada do domínio público municipal e de ser integrada no domínio privado municipal;

II - Se remeta o processo à Assembleia Municipal, propondo-se que, no uso da competência que lhe é conferida pela alínea q), n.º 1, do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e tendo por base os fundamentos supra descritos, delibere a desafetação da referida parcela de terreno do domínio público municipal; -----

05-02-2014

III - A Câmara Municipal no uso da competência que lhe é conferida pela alínea g), n.º 1, do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro delibere a alienação daquela parcela, com a área de 206m², a desafetar do domínio público municipal, para anexar aos prédios do Proponente José Manuel Fidalgo Malaquias, pelo preço de 2.630,00€ (dois mil seiscentos e trinta euros). -----

O Presidente da Câmara, -----
Ass.) Fernando Fidalgo Caçoilo, -----
31JAN14”. -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade aprovar a presente proposta. -----

Mais se delibera enviar a proposta à Assembleia Municipal para deliberação. -----

CONTABILIDADE E FINANÇAS. -----

PROPOSTA RELATIVA ÀS “GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO DA CMI PARA 2014 – 1ª ALTERAÇÃO” – RATIFICAÇÃO. -----

Presentes os documentos referidos em título, aqui dados aqui por integralmente transcritos, que importam nos seguintes valores: -----

- A 1ª Alteração às GOP, tem como Inscrições/Reforços o valor de 570.000,00 € e em Diminuições/Anulações o valor de 630.000,00 € e nela consta o seguinte despacho do Sr. Presidente da Câmara: -----

“Aprovo a 1ª Alteração às GOP 2014. -----

À Câmara para ratificação. -----

Ass.) Fernando Fidalgo Caçoilo. -----

22JAN14”. -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade ratificar a decisão do Presidente. -----

- A 1ª Alteração ao Orçamento (despesa), tem em Inscrições/Reforços e em Diminuições/Anulações, o valor de 940.000,00 € e nela consta o seguinte despacho do Sr. Presidente da Câmara: -----

“Aprovo a 1ª Alteração ao Orçamento. -----

Envie-se à Câmara para ratificação. -----

Ass.) Fernando Fidalgo Caçoilo. -----

23JAN14”. -----

05-02-2014

Em minuta, foi deliberado por unanimidade ratificar a decisão do Presidente. -----

CONTRATO DE REQUALIFICAÇÃO E AMPLIAÇÃO DO MUSEU DA VISTA ALEGRE – ANULAÇÃO - INFORMAÇÃO DE CABIMENTO. -----

Presente a informação supra, elaborada pela Assistente Técnica, Isabel Pereira, responsável pela subunidade de contabilidade patrimonial e orçamental, datada de 23JAN14, aqui dada por integralmente transcrita, na qual e em síntese, se dá conta que, por força da 1ª Alteração ao Orçamento de 2014, estão reunidas as condições para a emissão de informação de cabimento do contrato supra, implicando este procedimento que se proceda à anulação do citado contrato, e ainda à correspondente alteração da minuta e à respetiva aprovação de um subsequente. -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade proceder nos termos da presente informação. ----

EQUIPAMENTO RURAL E URBANO. -----

OBRAS MUNICIPAIS. -----

RUCHI - APOIO FINANCEIRO AO ILLIABUM CLUBE NO ÂMBITO DO ACORDO DE PARCERIA PARA A EXECUÇÃO DA OBRA DE REABILITAÇÃO DO SEU EDIFÍCIO SEDE – INFORMAÇÃO – RATIFICAÇÃO. -----

Presente a informação supra, elaborada pela Chefe da DOIA, Paula Oliveira, datada de 26DEZ13, aqui dada por integralmente transcrita, na qual e em síntese, se sugere a transferência de um apoio financeiro no valor de 17.778,91 € (dezassete mil, setecentos e setenta e oito euros e noventa e um cêntimos), de forma a dar cumprimento integral ao valor global inscrito no aludido Acordo de Parceria. -----

Sobre a presente informação, recaiu o seguinte despacho do Sr. Presidente da Câmara: -----

“Deferido de acordo com a informação. Enviar à Câmara para ratificação. -----
26DEZ13”. -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade ratificar o despacho do Sr. Presidente. -----

LIBERTAÇÃO DE GARANTIAS BANCÁRIAS E RESTITUIÇÃO DE REFORÇOS DE CAUÇÃO, RELATIVAS ÀS SEGUINTE CINCO EMPREITADAS - INFORMAÇÕES: -----

1ª - “BENEFICIAÇÃO DE RUAS NA GAFANHA DA NAZARÉ - 2006”. -----

05-02-2014

Presente a informação supra, datada de 24JAN14, elaborada pela Chefe da DOIA, Paula Oliveira, aqui dada por integralmente transcrita, na qual e em síntese, se sugere o cancelamento das garantias bancárias prestadas e restituídas as quantias retidas, à firma: “Manuel Vieira Bacalhau”, Lda.”, dado que já se encontra efetuada a receção definitiva da mesma. -----

2ª - “EDIFÍCIO SÓCIO-EDUCATIVO DA GAFANHA DO CARMO - ALTERAÇÕES”. -----

Presente a informação supra, datada de 23JAN14, elaborada pela Chefe da DOIA, Paula Oliveira, aqui dada por integralmente transcrita, na qual e em síntese, se sugere o cancelamento das garantias bancárias prestadas e restituídas as quantias retidas, à firma: “Encobarra – Engenharia e Construção, SA”, dado que já se encontra efetuada a receção definitiva da mesma. -----

3ª - “PAVILHÕES GIMNODESPORTIVOS – CONSERVAÇÃO E/OU REPARAÇÃO – COBERTURA DO PAVILHÃO GIMNODESPORTIVO DA GAFANHA DA ENCARNAÇÃO”. -----

Presente a informação supra, datada de 27JAN14, elaborada pela Chefe da DOIA, Paula Oliveira, aqui dada por integralmente transcrita, na qual e em síntese, se sugere o cancelamento das garantias bancárias prestadas e restituídas as quantias retidas, à firma: “Henriques, Fernandes & Neto, Lda.”, dado que já se encontra efetuada a receção definitiva da mesma. -----

4ª - “TERRAPLANAGENS NA ZONA INDUSTRIAL DA GAFANHA DE AQUÉM”. --

Presente a informação supra, datada de 24JAN14, elaborada pela Chefe da DOIA, Paula Oliveira, aqui dada por integralmente transcrita, na qual e em síntese, se sugere o cancelamento das garantias bancárias prestadas e restituídas as quantias retidas, à firma: “Manuel Vieira Bacalhau”, Lda.”, dado que já se encontra efetuada a receção definitiva da mesma. -----

5ª - “REGENERAÇÃO URBANA DE ÍLHAVO – QUALIFICAÇÃO URBANA E AMBIENTAL DO «CASCO ANTIGO» DA CIDADE”. -----

Presente a informação supra, datada de 28JAN14, elaborada pela Chefe da DOIA, Paula Oliveira, aqui dada por integralmente transcrita, na qual e em síntese, se sugere a libertação de

05-02-2014

30% das cauções prestadas como garantia da obra, à firma: “Encobarra – Engenharia e Construção, SA”, uma vez que, na vistoria realizada, não foi encontrada qualquer anomalia. -- Em minuta, foi deliberado por unanimidade aprovar os cinco processos de libertação de garantias bancárias e reforços de caução. -----

DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CULTURAL. -----

CIDADANIA E IGUALDADE. -----

RELATÓRIO DE ATIVIDADES DA COMISSÃO DE PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS DE ÍLHAVO / ANO DE 2013 – TOMADA DE CONHECIMENTO. -----

Presente o Relatório de Atividades referenciado em título, cuja aprovação pela Comissão Alargada ocorreu em 28JAN14, aqui dado por integralmente transcrito, na qual e em síntese, esta Comissão sintetiza a sua atividade desenvolvida no ano de 2013. -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade tomar conhecimento. -----

CONSELHO LOCAL DE AÇÃO SOCIAL – PRIMEIRA REUNIÃO DE 2014 – RELATÓRIO – TOMADA DE CONHECIMENTO. -----

Presente o relatório referenciado em título, levado a efeito no dia 29 de janeiro do corrente ano, no qual e em síntese, se dá conta que da ordem de trabalhos desta primeira reunião realizada no ano de 2014, fez parte a análise e discussão de um conjunto de importantes assuntos, através das intervenções protagonizadas pelos diversos representantes das várias entidades que compõem o Conselho Local de Ação Social, e que, no Município de Ílhavo intervêm de forma ativa e consertada na área social. -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade tomar conhecimento do Relatório do CLAS. -----

FUNDO MUNICIPAL DE APOIO A FAMÍLIAS E INDIVÍDUOS CARENCIADOS – COMPARTICIPAÇÃO NO PAGAMENTO DA FATURA RELATIVA A ÁGUA, SANEAMENTO E RESÍDUOS SÓLIDOS – PROPOSTA. -----

Presente a seguinte proposta elaborada pelo Sr. Vereador, Paulo Teixeira da Costa: -----

- “Considerando: -----

1.º - O enquadramento legal previsto na Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, no seu artigo 33º n.º 1, alínea v), conjugado com a atribuição que é conferida aos Município no âmbito da ação social pelo artigo 23º n.º 2 alínea h) do mesmo diploma legal; -----

05-02-2014

2.º - O previsto no Regulamento Municipal de Apoio a Famílias e Indivíduos Carenciados, aprovado em reunião do Executivo Municipal de 15 de junho de 2011 e da Assembleia Municipal de 22 de junho de 2011, nomeadamente no que diz respeito ao seu artigo 4.º, n.º 2, alínea e) “comparticipação no pagamento da fatura relativa a água saneamento e resíduos sólidos“. -----

3.º - O pedido de participação solicitado por Edite Caçoilo das Neves, Benilde Oliveira Ramos, Maria Adelaide Pereira Marques, Magna Alexandra Caleiro Carvalho Carapelho, José Clemente Mota, Maria Fátima Melo Oliveira, Ruslan Romanovych, Cristina Maria Tavares Melo Vaz, Judite Maria de Sousa Carvalho, Maria Augusta Felgueiras Belinho, Maria Natália Lopes Garrido e Maria Fátima Santos e as respetivas Informações Sociais que se anexam. -----

4.º - Que a presente despesa que se pretende comprometer se encontra assegurada e cativada pela proposta de cabimento n.º 110 de 10/01/2014, pelo que, -----

Proponho: -----

Que a Câmara Municipal de Ílhavo delibere a atribuição do seguinte apoio, ao abrigo do Regulamento do Fundo Municipal de Apoio a Famílias e Indivíduos Carenciados: -----

- Edite Caçoilo das Neves: participação no pagamento da fatura relativa a água, saneamento e resíduos sólidos no valor de 70%, pelo período de 6 meses; -----

- Benilde Oliveira Ramos: participação no pagamento da fatura relativa a água, saneamento e resíduos sólidos no valor de 70%, pelo período de 12 meses; -----

- Maria Adelaide Pereira Marques: participação no pagamento da fatura relativa a água, saneamento e resíduos sólidos no valor de 40%, pelo período de 6 meses; -----

- Magna Alexandra Caleiro Carvalho Carapelho: participação no pagamento da fatura relativa a água, saneamento e resíduos sólidos no valor de 40%, pelo período de 12 meses; ----

- José Clemente da Mota: participação no pagamento da fatura relativa a água, saneamento e resíduos sólidos no valor de 40%, pelo período de 12 meses; -----

- Maria Fátima Melo Oliveira: participação no pagamento da fatura relativa a água, saneamento e resíduos sólidos no valor de 40%, pelo período de 12 meses; -----

- Ruslan Romanovych: participação no pagamento da fatura relativa a água, saneamento e resíduos sólidos no valor de 70%, pelo período de 12 meses; -----

05-02-2014

- Cristina Maria Tavares Melo Vaz: comparticipação no pagamento da fatura relativa a água, saneamento e resíduos sólidos no valor de 90%, pelo período de 12 meses; -----
- Judite Maria de Sousa Carvalho: comparticipação no pagamento da fatura relativa a água, saneamento e resíduos sólidos no valor de 70%, pelo período de 12 meses; -----
- Maria Augusta Felgueiras Belinho: comparticipação no pagamento da fatura relativa a água, saneamento e resíduos sólidos no valor de 70%, pelo período de 12 meses; -----
- Maria Natália Lopes Garrido: comparticipação no pagamento da fatura relativa a água, saneamento e resíduos sólidos no valor de 90%, pelo período de 12 meses; -----
- Maria Fátima Santos: comparticipação no pagamento da fatura relativa a água, saneamento e resíduos sólidos no valor de 70%, pelo período de 12 meses. -----

O Vereador do Pelouro da Cidadania e Igualdade, -----
 Ass.) Paulo Teixeira Costa, -----
 31JAN14”. -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade aprovar a presente proposta. -----

**FUNDO MUNICIPAL DE APOIO A FAMÍLIAS E INDIVÍDUOS CARENCIADOS –
 ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO PONTUAL (TRANSFERÊNCIAS CORRENTES) AO
 CASCI – APOIO AO ARRENDAMENTO DE HABITAÇÃO – PROPOSTA. -----**

Presente a seguinte proposta, elaborada pelo Sr. Vereador, Paulo Teixeira Costa: -----

- “Considerando: -----
- 1.º - O enquadramento legal previsto na Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, no seu artigo 33º n.º 1, alínea v), conjugado com a atribuição que é conferida aos Município no âmbito da ação social pelo artigo 23º n.º 2 alínea h) do mesmo diploma legal. -----
- 2.º - O previsto no Regulamento Municipal de Apoio a Famílias e Indivíduos Carençados, aprovado em reunião do Executivo Municipal de 15 de junho de 2011 e de Assembleia Municipal de 22 de junho de 2011, nomeadamente no que diz respeito ao seu artigo 4.º, n.º 2, alínea b) “apoio ao arrendamento de habitação”. -----
- 3.º - Os pedidos de apoio solicitados por Andreia Conceição Ferreira Miranda, Armanda Oliveira Vitória, Cristina Maria Tavares Melo Vaz, Graça Maria S. Marcos Catão, Hermínia Rosa Lança Louro, Isabel Basto Estima, Judite Maria Sousa Machado, Maria Augusta Felgueiras Belinho, Maria Céu Silva Pereira, Maria Conceição Dias Santos, Maria Fátima

05-02-2014

Santos, Maria Natália Lopes Garrido, Maria Paula Gomes Rodrigues, Maria Teresa Rocha Martins e Nelson Santos Nina Martins e as respetivas Informações Sociais anexas. -----

4.º - Que o Centro de Ação Social do Concelho de Ílhavo se disponibilizou como instituição parceira tendo solicitado a concessão de apoio ao pagamento da renda de casa referente ao agregado acima identificado, ficando os utentes responsáveis por participar com o restante valor, necessário à prossecução da totalidade do montante da renda. -----

5.º - Que a presente despesa que se pretende comprometer se encontra assegurada e cativada pela proposta de cabimento n.º 111 de 10/01/2014, pelo que, -----

Proponho: -----

Que a Câmara Municipal de Ílhavo delibere a atribuição de um subsídio pontual ao Centro de Ação Social do Concelho de Ílhavo, no valor de 7.048,64 Euros, para apoio à participação no pagamento do valor da renda de casa pelo período que consta nas Informações Sociais, sendo que, findo este espaço temporal, será o mesmo alvo de reavaliação. -----

O Vereador do Pelouro da Cidadania e Igualdade, -----

Ass.) Paulo Teixeira Costa, -----

31JAN14”. -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade aprovar a presente proposta. -----

**FUNDO MUNICIPAL DE APOIO A FAMÍLIAS E INDIVÍDUOS CARENCIADOS –
ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO PONTUAL (TRANSFERÊNCIAS CORRENTES) À
FUNDAÇÃO PRIOR SARDO – APOIO AO ARRENDAMENTO DE HABITAÇÃO –
PROPOSTA.** -----

Presente a seguinte proposta, elaborada pelo Sr. Vereador, Paulo Teixeira Costa: -----

- “Considerando: -----

1.º - O enquadramento legal previsto na Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, no seu artigo 33º n.º 1, alínea v), conjugado com a atribuição que é conferida aos Município no âmbito da ação social pelo artigo 23º n.º 2 alínea h) do mesmo diploma legal. -----

2.º - O previsto no Regulamento Municipal de Apoio a Famílias e Indivíduos Carençados, aprovado em reunião do Executivo Municipal de 15 de junho de 2011 e de Assembleia Municipal de 22 de junho de 2011, nomeadamente no que diz respeito ao seu artigo 4.º, n.º 2, alínea b) “apoio ao arrendamento de habitação”. -----

05-02-2014

3.º - Os pedidos de apoio solicitados por Mário Augusto Gonçalves Bio, Liliana Patrícia Pereira Teixeira e Marisa Nunes Patrocínio, e as respetivas Informações Sociais anexas. -----

4.º - Que a Fundação Prior Sardo se disponibilizou como instituição parceira tendo solicitado a concessão de um apoio ao pagamento da renda de casa referente aos agregados acima identificados, ficando os utentes responsáveis por participar com o restante valor, necessário à prossecução da totalidade do montante da renda. -----

5.º - Que a presente despesa que se pretende comprometer se encontra assegurada e cativada pela proposta de cabimento n.º 111 de 10/01/2014, pelo que, -----

Proponho: -----

Que a Câmara Municipal de Ílhavo delibere a aprovação da comparticipação da renda aos agregados familiares, através de um subsídio pontual à Fundação Prior Sardo, consubstanciado em 712,65€respeitante ao apoio à comparticipação no pagamento do valor da renda de casa pelo período que consta nas Informações Sociais, sendo que, findo este espaço temporal, será o mesmo alvo de reavaliação. -----

O Vereador do Pelouro da Cidadania e Igualdade, -----

Ass.) Paulo Teixeira Costa, -----

31JAN14”. -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade aprovar a presente proposta. -----

Na discussão e votação da presente informação, não participou o Sr. Vereador Pedro Martins, por se considerar impedido (membro dos Órgãos Sociais daquela IPSS), tendo-se ausentado momentaneamente do Salão Nobre onde decorria a reunião. -----

**FUNDO MUNICIPAL DE APOIO A FAMÍLIAS E INDIVÍDUOS CARENCIADOS –
ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO PONTUAL (TRANSFERÊNCIAS CORRENTES) À
SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE ÍLHAVO – APOIO AO ARRENDAMENTO
DE HABITAÇÃO – PROPOSTA.** -----

Presente a seguinte proposta, elaborada pelo Sr. Vereador, Paulo Teixeira Costa: -----

- “Considerando: -----

1.º - O enquadramento legal previsto na Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, no seu artigo 33º n.º 1, alínea v), conjugado com a atribuição que é conferida aos Município no âmbito da ação social pelo artigo 23º n.º 2 alínea h) do mesmo diploma legal. -----

05-02-2014

2.º - O previsto no Regulamento Municipal de Apoio a Famílias e Indivíduos Carenciados, aprovado em reunião do Executivo Municipal de 15 de junho de 2011 e de Assembleia Municipal de 22 de junho de 2011, nomeadamente no que diz respeito ao seu artigo 4.º, n.º 2, alínea b) “apoio ao arrendamento de habitação”. -----

3.º - Os pedidos de apoio solicitados por Vítor Manuel São Marcos, Luís Filipe Horta Fernandes e Rosa Jesus Neto e as respetivas Informações Sociais anexas. -----

4.º - Que a Santa Casa da Misericórdia de Ílhavo se disponibilizou como instituição parceira tendo solicitado a concessão de um apoio ao pagamento da renda de casa referente aos agregados acima identificados, ficando os utentes responsáveis por participar com o restante valor, necessário à prossecução da totalidade do montante da renda. -----

5.º - Que a Santa Casa da Misericórdia de Ílhavo possui um crédito no valor de 549,22 Euros, que deverá ser abatido, resultante de motivações diferenciadas e que constam das informações sociais, para os quais já haviam sido aprovadas participações. -----

6.º - Que a presente despesa que se pretende comprometer se encontra assegurada e cativada pela proposta de cabimento n.º 111 de 10/01/2014, pelo que, -----

Proponho: -----

Que a Câmara Municipal de Ílhavo delibere a aprovação da participação da renda aos agregados familiares, através de um subsídio pontual à Santa Casa da Misericórdia de Ílhavo, consubstanciado em 500,78€ respeitante ao apoio à participação no pagamento do valor da renda de casa pelo período que consta nas Informações Sociais, sendo que, findo este espaço temporal, será o mesmo alvo de reavaliação. -----

O Vereador do Pelouro da Cidadania e Igualdade, -----

Ass.) Paulo Teixeira Costa, -----

31JAN14”. -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade aprovar a presente proposta. -----

PROGRAMA MUNICIPAL DE BOLSAS DE ESTUDO (2013/2014) – RETIFICAÇÃO DA LISTA DEFINITIVA DE CANDIDATURAS - INFORMAÇÃO/PROPOSTA - RATIFICAÇÃO. -----

Presente a informação supra, datada de 20JAN14, elaborada pela Técnica Superior, Cristina Teixeira, aqui dada por integralmente transcrita, na qual e em síntese, se dá conta de um erro

05-02-2014

detetado na atribuição de uma bolsa de Estudo em momento posterior à validação da proposta proveniente da Comissão de Análise das candidaturas ao Programa referenciado em epígrafe, cuja aprovação ocorreu na reunião da CMI de 15 de janeiro do corrente ano. -----

Em face da presente situação, o Sr. Vereador, Paulo Costa, remeteu para o Assessor Jurídico, Rui Dias, uma análise a este assunto (informação esta que consta em anexo ao processo). -----

Na sequência dos vários procedimentos, o Sr. Vereador, Paulo Costa, referiu-se em despacho datado de 22 de janeiro, no sentido de o Sr. Presidente da Câmara atribuir as bolsas tal qual a proposta reformulada pela Comissão de Análise que, para os devidos efeitos, se reuniu extraordinariamente no pretérito dia 21 de Janeiro e que no essencial vai no sentido da Câmara Municipal deliberar extraordinariamente, este ano, atribuir 11 bolsas de estudo novas e não dez dado que uma das candidaturas foi considerada como renovação quando deveria ter sido considerada nova candidatura e deste modo não prejudicar o candidato posicionado em décimo lugar. -----

Sobre a presente proposta, recaiu o seguinte despacho do Sr. Presidente da Câmara: -----

“Proceda-se nos termos da proposta do Sr. Vereador. -----

À Câmara Municipal para ratificação. -----

Ass.) Fernando Fidalgo Caçoilo, -----

22JAN14”. -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade ratificar o despacho do Presidente. -----

JUVENTUDE. -----

ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO DO PROGRAMA MUNICIPAL DE BOLSAS DE ESTÁGIOS DE TRABALHO (PMBET) – PROPOSTA. -----

Presente uma proposta elaborada pelo Sr. Presidente da Câmara, datada de 31jan2014, no sentido de proceder a uma alteração do Regulamento do Programa Municipal de Bolsas de Estágio de Trabalho, aprovado em Reunião de Câmara de 3 de março de 2008 e pela Assembleia Municipal de 7 de março do mesmo ano, face à experiência adquirida ao longo destas cinco edições realizados do PMBET, que importa adequar o referido Regulamento às diversas alterações legais ocorridas neste período de tempo, designadamente no que respeita ao regime jurídico dos trabalhadores que exercem funções públicas e a outros normativos da administração pública, aplicáveis ao PMBET, ainda que subsidiariamente, à intenção de

05-02-2014

alargar os estágios aos jovens que, ainda que possam estar empregados, não exerçam na sua área de formação académica e/ou profissional, à necessidade de clarificar a formalização das candidaturas e dos requisitos exigidos e ainda à necessidade de atualização do valor das bolsas de estágio. -----

A referida proposta e texto do regulamento já com as alterações preconizadas foram presentes à reunião e são dadas aqui por integralmente transcritas. -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade aprovar a presente proposta. -----

Mais se deliberou enviar à Assembleia Municipal para deliberação. -----

SARAU DO INTERESCOLAS 2014 – ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO PONTUAL (TRANSFERÊNCIAS CORRENTES) ÀS ESCOLAS: EB 2,3, JOSÉ FERREIRA PINTO BASTO; EB 2,3, GAFANHA DA ENCARNAÇÃO; EB 2,3, GAFANHA DA NAZARÉ E SECUNDÁRIA DR. JOÃO CARLOS CELESTINO GOMES – PROPOSTA. -----

Presente a seguinte proposta, elaborada pela Sr.^a Vereadora, Beatriz Martins: -----

- “Considerando: -----

1º - A realização, no ano letivo 2013/2014, da décima segunda edição do InterEscolas, no dia 07 de março, por parte da Câmara Municipal de Ílhavo em parceria com os três Agrupamentos, mais concretamente, com as Escolas EB 2,3 José Ferreira Pinto Basto, EB 2,3 Gafanha da Encarnação, EB 2,3 Gafanha da Nazaré, Secundária da Gafanha da Nazaré e Secundária Dr. João Carlos Celestino Gomes; -----

2.º - A participação das cinco escolas referidas no ponto anterior nas atividades que compõem o InterEscolas nomeadamente no Sarau; -----

3º - As despesas inerentes a este tipo de iniciativas, nomeadamente na compra de materiais específicos para a elaboração dos cenários e caracterização dos alunos participantes. -----

Proponho: -----

Que a Câmara Municipal de Ílhavo delibere a atribuição de um subsídio pontual, no valor de 100,00 euros, a cada estabelecimento de ensino referido, como forma de apoio à realização do Sarau, inserido no programa do InterEscolas 2014. -----

A Vereadora do Pelouro da Juventude, -----

Ass.) Beatriz de Fátima Clemente Martins, -----

05-02-2014

31JAN14”. -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade aprovar a presente proposta. -----

NORMAS DE PARTICIPAÇÃO – VIII CONCURSO DE HI-HOP DANCE – PROPOSTA. -----

Presente a seguinte proposta, elaborada pela Sr.^a Vereadora, Beatriz Martins: -----

- “Considerando: -----

- 1) O papel fundamental da música e da dança nos jovens como forma de expressarem a sua liberdade, espírito crítico e identidade na sociedade. -----
- 2) A necessidade da criação de estímulos para fomentar tais hábitos apostando na criatividade. -----
- 3) O sucesso do concurso de Hip-Hop Dance nas edições anteriores. -----

Proponho: -----

Que a Câmara Municipal de Ílhavo aprove as Normas do VIII Concurso de Hip-Hop Dance, que se encontram anexas à presente proposta. -----

A Vereadora do Pelouro da Juventude, -----

Ass.) Beatriz de Fátima Clemente Martins, -----

31JAN14”. -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade aprovar a presente proposta. -----

ATIVIDADES DESPORTIVAS E RECREATIVAS. -----

PROGRAMA MUNICIPAL DESPORTO PARA TODOS – EDIÇÃO PRIMAVERA/VERÃO 2014. -----

Presente a informação n.º 7/2014, datada de 22JAN, elaborada pelo Gestor do Desporto, José Batista, aqui dada por integralmente transcrita, na qual e em síntese, se sugere a aprovação do Projeto relativo ao Programa referenciado em título. -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade aprovar o presente programa. -----

FÓRUM NÁUTICO – RELATÓRIO DE ATIVIDADES. -----

Presente a Relatório supra, datado de 29JAN14, elaborado pelo Gestor do Desporto, José Batista, aqui dado por integralmente transcrito, na qual e em síntese, se dá a conhecer ao Executivo Municipal o Relatório de Atividades referenciado em título. -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade tomar conhecimento do presente Relatório de Atividades. -----

05-02-2014

CULTURA. -----
NORMAS PARTICIPAÇÃO NO CONCURSO DE BANDA DESENHADA “5
SÉCULOS DE FORAL NOVO” – PROPOSTA. -----

Presente a seguinte proposta, elaborada pelo Sr. Vereador, Paulo Teixeira Costa: -----

- “Considerando que: -----

a) No próximo dia 8 de março se assinalam os 500 anos da outorga do Foral Manuelino de Ílhavo ou Foral Novo; -----

b) Esta data, por constituir um marco muito importante na nossa história, merecerá uma atenção muito especial ao longo do corrente ano, através da realização de um conjunto de iniciativas que a seu tempo serão divulgadas; -----

c) Estas iniciativas terão como principal objetivo proporcionar um melhor conhecimento da nossa história e da nossa vida coletiva, estimulando a toda a população a participar nesta (re) descoberta; -----

d) Atendendo à importância e ao significado desta data, estas iniciativas deverão envolver toda a população, mas de uma forma muito especial a nossa comunidade escolar, incentivando-a à investigação e à discussão, tendo o Centro de Documentação de Ílhavo como peça fundamental neste processo; -----

e) Uma dessas iniciativas dirigidas à comunidade escolar é um concurso de banda desenhada, que proporcionará uma abordagem mais lúdica e artística ao tema, mas seguramente muito estimulante. -----

Proponho que a Câmara Municipal de Ílhavo aprove as Normas de Participação no Concurso de Banda Desenhada “5 Séculos de Foral Novo”, que se encontram anexas a esta proposta. ---

O Vereador do Pelouro da Cultura, -----

Ass.) Paulo Teixeira Costa, -----

31JAN14”. -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade aprovar a presente proposta. -----

BROCHURA (VERSÕES EM INGLÊS E FRANCÊS) - MUSEU MARÍTIMO DE
ÍLHAVO) – INFORMAÇÃO/PROPOSTA – PREÇO DE VENDA - RATIFICAÇÃO. ---

Presente a informação supra, datada de 12DEZ13, elaborada pela Técnica Superior, Paula Ribeiro, aqui dada por integralmente transcrita, na qual e em síntese, se sugere a aprovação do

05-02-2014

orçamento relativo à produção da citada brochura, à empresa: Gráfica Feirense, que apresenta o valor global de 1.082,40 € e que também por esse motivo o executivo municipal aprove o preço de venda (simbólico) de 1,00€ -----

Na presente informação, encontra-se vertido um despacho de concordância por parte do Sr. Vereador Paulo Costa, que mereceu a seguinte decisão por parte do Sr. Presidente da Câmara:

“Deferido. -----

Ass.) Fernando Fidalgo Caçoilo, -----

03JAN14”. -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade ratificar o presente despacho. -----

**INSCRIÇÃO DO MUSEU MARÍTIMO DE ÍLHAVO NO PROJETO EUROPEU
“SALTED FISH MUSEUM” ATRAVÉS DO PORTAL DA COMISSÃO EUROPEIA –
INFORMAÇÃO/PROPOSTA. -----**

Presente a informação supra, datada de 31JAN14, elaborada pela Técnica Superior, Paula Ribeiro, aqui dada por integralmente transcrita, na qual e em síntese, se sugere ao Executivo Municipal a devida autorização para a inscrição do MMI no projeto referenciado em título, em que também participam museus, universidades e empresas, da Noruega, Espanha, França e naturalmente Portugal, visando criar uma rede oficial de trabalho internacional, que possibilite no futuro uma candidatura a um programa de financiamento europeu. -----

Sobre a presente informação, recaiu uma proposta de concordância por parte do Sr. Vereador, Paulo Costa, datada também de 31JAN. -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade aprovar a presente proposta. -----

**LOJA DO AQUÁRIO DO MUSEU MARÍTIMO DE ÍLHAVO – PEDIDO DE
AUTORIZAÇÃO PARA PROMOÇÃO DE ARTIGOS DE MERCHANDISING
INSTITUCIONAL PARA VENDA – PREÇO DE VENDA -
INFORMAÇÃO/DESPACHO - RATIFICAÇÃO. -----**

Presente a informação supra, datada de 03JAN14, elaborada pela Técnica Superior, Paula Ribeiro, aqui dada por integralmente transcrita, na qual e em síntese, se solicita ao Executivo Municipal autorização para venda de produtos de cariz institucional, cujo design está associado ao MMI. -----

05-02-2014

Nesse sentido, foi pedido orçamento para um conjunto de produtos (insertos em tabela anexa que faz parte integrante desta informação), à empresa “Ao Quadrado Design”, totalizando o valor global de 2.689,60 € sugerindo-se um preço de venda para os produtos em causa. -----

Sobre a presente informação, recaiu o seguinte despacho do Sr. Presidente da Câmara: -----

“Deferido de acordo com a informação. -----

Ass.) Fernando Fidalgo Caçoilo, -----

10JAN14”. -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade ratificar o presente despacho. -----

DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO. -----

TURISMO. -----

VENDAS DE MERCHANDISING E ARTESANATO NAS LOJAS DE TURISMO DO MUNICÍPIO DE ÍLHAVO E NA LIVRARIA DO MUSEU MARÍTIMO DE ÍLHAVO NO SEGUNDO SEMESTRE DE 2013 – INFORMAÇÃO – TOMADA DE CONHECIMENTO. -----

Presente a informação supra, datada de 31JAN14, elaborada pela Técnica Superior, Susana Esteves, aqui dada por integralmente transcrita, na qual e em síntese, se dá conta dos resultados obtidos no segundo semestre do ano de 2013, no âmbito dos diversos Acordos de Parceria, assentes no “Programa de Divulgação Turística do Município / 2012”. -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade tomar conhecimento da presente informação. -----

HOMOLOGAÇÃO DE PREÇOS DE ARTIGOS À VENDA NAS LOJAS DE TURISMO - INFORMAÇÃO – RATIFICAÇÃO. -----

Presente a informação supra, datada de 31JAN14, elaborada pela Técnica Superior, Susana Esteves, aqui dada por integralmente transcrita, na qual e em síntese, se sugere a homologação de preços de venda ao público dos vários materiais promocionais que constam na tabela anexa (e que faz parte integrante desta informação), e em devido tempo autorizados, no âmbito dos diversos Acordos de Parceria, assentes no “Programa de Divulgação Turística do Município / 2012”. -----

Sobre a presente informação, recaiu o seguinte despacho do Sr. Vereador, Paulo Costa: -----

“Concordo. -----

Ao Sr. Presidente da Câmara. -----

05-02-2014

31JAN14”. -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade ratificar os preços praticados referidos na presente informação. -----

INTERVENÇÃO ABERTA AO PÚBLICO. -----

Como eram 16.30 horas, hora destinada à audição do público, o Sr. Presidente da Câmara interrompeu momentaneamente a reunião para se certificar que se encontrava algum munícipe no Salão Nobre interessado em intervir, o que não se veio a verificar. Por este facto, o Sr. Presidente da Câmara prosseguiu com a Ordem do Dia, para discussão e aprovação dos seguintes assuntos: -----

HABITAÇÃO. -----

PARQUE MUNICIPAL DE HABITAÇÃO. -----

CONTRATOS DE ARRENDAMENTO, RENDAS E DESOCUPAÇÕES. -----

CONTRATO DE ARRENDAMENTO DE HABITAÇÃO SOCIAL (BEBEDOURO/GAFANHA DA NAZARÉ) – RENDA APOIADA – “ROGÉRIO CARLOS CARVALHO FERREIRA” – INFORMAÇÃO/PROPOSTA. -----

Presente a informação supra, datada de 28JAN14, elaborada pela Técnica Superior de Serviço Social, Susana Marques, aqui dada por integralmente transcrita, na qual e em síntese, se sugere que a Câmara Municipal de Ílhavo determine a resolução do contrato de arrendamento referenciado em título, nos termos e condições previstos no n.º 2 do artigo 1084º do Código Civil, tomando em consideração os vários incumprimentos e obstrução aos procedimentos necessários e legalmente previstos no articulado do convencionado contrato de arrendamento, mormente no âmbito da verificação periódica das condições de habitabilidade e relatadas na aludida informação. -----

O contrato de arrendamento do citado fogo de habitação social, foi legalmente constituído em 28 de novembro de 2002. -----

Sobre a presente informação, recaiu uma proposta de concordância do Sr. Vereador, Paulo Costa, datada de 31JAN. -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade aprovar a presente proposta de resolução. -----

SALUBRIDADE E COMODIDADE PÚBLICA. -----

TRANSPORTES E TRÂNSITO. -----

05-02-2014

COMISSÃO MUNICIPAL DE TRÂNSITO E SEGURANÇA RODOVIÁRIA - PROPOSTA. -----Presente a seguinte proposta, elaborada pela Sr.^a Vereadora, Beatriz Martins: -----

- “Considerando que: -----

1. O direito à mobilidade no espaço urbano deve ser encarado como um direito essencial de uma cidadania inclusiva, moderna e qualificada; -----
 2. A mobilidade sustentável assenta em racionalizar os custos de investimento e exploração de forma a diminuir o uso do transporte individual garantindo, de forma adequada, a mobilidade das populações, promovendo um aumento de qualidade de vida através do uso de modos suaves de transporte; -----
 3. A finalização e implementação do Plano de Mobilidade e Transportes de Ílhavo com vista à melhoria das condições de circulação, da articulação e eficiência dos diferentes modos de transporte e ainda do relevante destaque aos modos suaves de transporte com respeito pelos peões; -----
 4. O crescimento do parque automóvel e a pressão que ele exerce sobre as infraestruturas viárias constitui um dos maiores constrangimentos à qualidade de vida; -----
 5. O bem estar do cidadão, como utilizador de vários modos de transporte e, em especial do rodoviário, é determinante nas análises de âmbito ambiental e de segurança; -----
 6. A obra do saneamento, já em curso, é uma excelente oportunidade de reorganizar os troços viários intervencionados, numa lógica integrada de uma nova cultura de mobilidade urbana na circulação automóvel, na convivência com a bicicleta e com o peão; -----
 7. A Câmara deve zelar pela garantia de boas condições de mobilidade para todos os cidadãos; -----
 8. A Câmara tem procurado sempre nas suas intervenções na estrutura viária municipal proporcionar todas as condições para garantir o uso disciplinado do automóvel e adequar os sistemas de mobilidade às novas exigências; -----
 9. Para garantir e, sobretudo, concretizar e implementar boas soluções é necessário envolver todos os agentes e entidades que de alguma forma intervêm de forma ativa nestas temáticas. --
- Proponho que a Câmara Municipal de Ílhavo delibere: -----

05-02-2014

1. Constituir uma Comissão Municipal de Trânsito e Segurança Rodoviária, órgão com funções de natureza consultiva, que promoverá a articulação, a troca de informações e a cooperação entre as diversas entidades, com vista à resolução das questões relacionadas com a mobilidade no Município de Ílhavo; -----
2. Que a Comissão Municipal de Trânsito e Segurança Rodoviária seja constituída pelas seguintes entidades/serviços: -----
 - a) Câmara Municipal de Ílhavo; -----
 - b) Bombeiros Voluntários de Ílhavo; -----
 - c) Guarda Nacional Republicana; -----
 - d) Associação Nacional dos Transportes Rodoviários em Automóveis Ligeiros – ANTRAL; --
 - e) Estradas de Portugal, E. P; -----
 - f) Federação Portuguesa de Táxis – FPT; -----
 - g) Associação Nacional de Transportes Públicos Rodoviários de Mercadorias – ANTRAM; --
 - h) Associação Nacional de Transportes Rodoviários de Pesados de Passageiros – ANTROP; -
 - i) Junta de Freguesia de São Salvador; -----
 - j) Junta de Freguesia da Gafanha da Nazaré; -----
 - k) Junta de Freguesia da Gafanha da Encarnação; -----
 - l) Junta de Freguesia da Gafanha do Carmo; -----
 - m) Instituto Nacional de Emergência Médica – INEM; -----
 - n) Divisão de Planeamento Urbanístico e Projetos; -----
 - o) Divisão de Gestão de Equipamentos e Serviços Urbanos. -----
3. Designar como representante do município de Ílhavo na referida Comissão o seu Presidente, o qual será responsável pela coordenação daquela Comissão, sendo substituído na mesma, nas suas faltas e impedimentos, pelo Vereador responsável pelo pelouro da Mobilidade e Transportes; -----
4. Contactar as entidades envolvidas, afim das mesmas designarem os seus representantes na respetiva Comissão; -----
5. Mandatar a Comissão para elaborar e aprovar o regulamento no qual constem as normas disciplinadoras do seu funcionamento e atuação. -----
A Vereadora do Pelouro da Mobilidade e Transportes. -----

05-02-2014

Ass.) Beatriz de Fátima Clemente Martins, -----
31JAN14”. -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade aprovar a presente proposta. -----

PAGAMENTOS AUTORIZADOS. -----

AUTOS DE VISTORIA E MEDIÇÃO DE TRABALHOS. -----

Presentes os seguintes dois Autos de Vistoria e Medição de Trabalhos: -----

1º - Da Empreitada “Qualificação dos Cais e Largo da Bruxa – Gafanha da Encarnação” – 2ª Situação Contratual, no valor de €30.212,14 (trinta mil, duzentos e doze euros, e catorze centimos), com IVA incluído, adjudicada à firma: Construtora Paulista, Lda. -----

2º - Da Empreitada “Vias Municipais – Conservação e Abertura de Novas – Requalificação da Estrada Florestal n.º 1 – 1ª Fase” – 3ª Situação Contratual, no valor de €30.516,34 (trinta mil, quinhentos e dezasseis euros e trinta e quatro centimos), com IVA incluído, adjudicada à firma: Vítor Almeida & Filhos, SA. -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade aprovar os presentes autos e proceder ao seu pagamento. -----

E nada mais havendo a tratar, foi a reunião encerrada eram 16.50 horas. -----

Para constar e devidos efeitos, se lavrou a presente ata que eu,

, servindo de Secretário, redigi, subscrevi e assinei conjuntamente com o Sr. Presidente da Câmara, que presidiu à reunião. -----